TL 3054

C D P M
COMISSÃO PARA OS DIREITOS
DO POVO MAUBERE

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES EM 1995

Apresentação

A Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM) é uma Organização Não-Governamental portuguesa de solidariedade com o povo de Timor-Leste, criada em Junho de 1981, no seguimento da sessão sobre Timor do Tribunal Permanente dos Povos, realizada em Lisboa.

A CDPM, enquanto Associação, define como seus objectivos principais:
- a defesa dos direitos do povo de Timor-Leste, incluindo o direito à autodeterminação e independência;
- a contribuição para o desenvolvimento e o aprofundamento da solidariedade para com o povo de Timor-Leste;
- a promoção de uma opinião pública informada e activa, particularmente em Portugal, mas também ao nível internacional;
- a concretização de acções de cooperação com o povo de Timor-Leste, seja em Portugal, seja noutros países e em Timor-Leste. [12]

As actividades desenvolvidas pela CDPM são da responsabilidade de dois grupos de voluntários, que funcionam no Porto e em Lisboa, neste último caso com sede própria, situada nas instalações do CIDAC.

As áreas fundamentais de intervenção da CDPM são a **informação**, a **sensibilização da opinião pública** e a **formação dos jovens**, a **sensibilização dos poderes**, , o **apoio à Comunidade Timorense** e o **reforço da acção internacional pelos direitos do povo de Timor-Leste**.

Contexto em 1995

Este foi o ano dos aniversários: 50 anos depois da independência da Indonésia, trinta anos após o golpe de estado sangrento que derrubou o Presidente Sukarno e fez ascender ao poder o General Suharto, vinte anos passados sobre a invasão de Timor-Leste, o promissor país do Sueste asiático encontra-se num momento de viragem ineludível e de resultados difíceis de prever.

1995 foi marcado por uma crescente instabilidade, violência e repressão sobre os jovens em Timor-Leste, pela ampliação do movimento pró-democracia na Indonésia e por uma aliança mais visível entre alguns dos sectores nele implicados e a luta pela autodeterminação do povo timorense, pelo envolvimento da parte timorense no processo negocial que decorre sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas e, a nível internacional, pela maior visibilidade da questão de Timor e da Papua Ocidental.

Em Portugal, palco de eleições que dariam origem à mudança de Governo e em vésperas da escolha de um novo Presidente, tiveram especial impacto a sentença do Tribunal Internacional de Justiça

[1] dos Estatutos

Rua Pinheiro Chagas, 77 - 3.º Esq. • 1050 Lisboa • Portugal • Tel.: 352 87 18 • Fax: 353 40 09 • E-mail: cdpm@gn.apc.org

relativa à queixa apresentada por Lisboa sobre a exploração dos recursos do Mar de Timor (30 Junho), a realização da sempre adiada Conferência Interparlamentar sobre Timor-Leste (31Maio/2 Junho), a chegada de muitas dezenas de jovens timorenses provenientes do movimento de ocupação pacífica de embaixadas estrangeiras em Jacarta, o que obrigou o Executivo a reequacionar a política de acolhimento e inserção da Comunidade, o aprofundamento das ligações entre a sociedade portuguesa e dirigentes democratas indonésios, a estada no nosso país, durante algumas semanas, do Bispo Belo (Maio) e o "caso OGMA" (Janeiro).

Houve acontecimentos mais significativos ao longo do ano: as revoltas da população timorense contra a colonização indonésia (Baucau em Janeiro e Julho; Maliana, Viqueque e outras partes do território em Setembro; Dili em Outubro) e o massacre de Liquiça (Janeiro), que provocaram graves confrontos, uma brutal repressão e levaram à condenação de dezenas de nacionalistas, assim como condicionaram a opção de saída da sua Pátria de um número importante de timorenses (jovens que pediram asilo político em embaixadas em Jacarta, grupos que procuraram atingir a Austrália de barco, famílias que chegaram a Lisboa através do programa de "repatriamento" de funcionários da administração colonial portuguesa, entre outros casos).

Mas a ocupação de missões diplomáticas estrangeiras não foi só um meio de alcançar o exterior - em várias ocasiões elas marcaram momentos políticos de especial significado. No 20° aniversário da invasão (7 de Dezembro), 112 jovens timorenses e indonésios entraram nas embaixadas da Rússia e da Holanda, recusando-se a abandonar o país como forma de resolver a "crise". Esta foi a face visível mais espectacular da aliança entre democratas indonésios e o movimento de Resistência timorense, que se concretizou de muitas outras maneiras (participação de dirigentes indonésios em vários encontros sobre Timor-Leste em diversos países - incluindo Portugal, tomadas de posição públicas, funcionamento de organizações indonésias de solidariedade como o Joint Committee on East Timor, o SPRIM, etc..).

O primeiro Encontro Intratimorense realizado em Burg Schlaining (Áustria, 3/5 Junho) abriu a porta ao envolvimento da parte timorense no processo negocial, de acordo com o mandato recebido pelo Secretário-Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1982 (resolução 37/30), constituindo até agora o resultado mais importante obtido no âmbito das negociações em curso. A publicação do relatório do Relator Especial das Nações Unidas para as execuções sumárias, Bacre W. Ndiaye (Fevereiro) e a visita do Alto Comissário da ONU a Timor (4/8 Dezembro) foram também momentos significativos, embora o seu impacto tenha sido amortecido pelas cedências a Jacarta no que diz respeito ao principal objectivo concreto estabelecido por Ayala Lasso - o estabelecimento em Díli de uma antena do Centro de Direitos Humanos das Nações Unidas (com sede em Genebra).

A visita de Suharto à Alemanha (3/8 Abril), a polémica sobre a nomeação do general na reserva Mantiri como embaixador da Indonésia em Camberra (Junho) - que acabou por inviabilizar a sua aceitação por parte do governo australiano, a forte tomada de posição do Vice Primeiro- Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros irlandês relativamente aos direitos do povo timorense (Julho), a série de iniciativas tomadas pela APCET (Asia-Pacific Coalition for East Timor, com sede em Manila), incluindo a organização de duas visitas de personalidades internacionais a Díli por ocasião do dia 12 de Novembro, o acordar do Brasil para a questão de Timor-Leste e - não menos importante - a nomeação do Bispo Belo para o Prémio Nobel da Paz, no âmbito do qual foi considerado um dos mais fortes candidatos, provam como ganhou visibilidade e força a contestação da ocupação ilegal de Timor-Leste.

O relatório da organização australiana ACFOA, sobre a repressão na Papua Ocidental ("26ª província" da Indonésia) chamou a atenção internacional para uma situação de violência, pilhagem

de recursos naturais e desrespeito pelos direitos dos povos do território que teria largos desenvolvimentos nos meses seguintes. Na Indonésia, a luta pelos direitos políticos e civis aprofundou-se, com o aparecimento e intervenção de novas organizações (consideradas ilegais) no plano sindical, associativo e partidário. A reivindicação de uma imprensa livre, expressão de uma sociedade democrática, ganhou força e apoios. Devido à pressão internacional, o regime teve momentos de "brandura", que contrastaram com a repressão mais violenta. Todos sabem que uma era está a chegar ao fim e que as eleições legislativas marcadas para 1997 e as presidenciais previstas para o ano seguinte vão marcar a transição para o que ainda não se sabe como será.

3. Actividades desenvolvidas

3.1. Informação

O boletim mensal "*Timor-Leste*" entrou no seu décimo primeiro ano de publicação, enquanto a participação semanal da CDPM na Conferência Electrónica sobre Timor-Leste (*Reg. Easttimor)*, através da colocação na rede de artigos e documentos originalmente em língua portuguesa traduzidos para inglês, foi sistematizada, permitindo encurtar o tempo entre a sua publicação e a respectiva disponibilização.

Pelo segundo ano consecutivo, a CDPM apoiou numa base quase diária o programa de rádio em ondas curtas para Timor-Leste, enviando para a RDPI sínteses de informação relativas aos acontecimentos ocorridos no território e na Indonésia e às posições nacionais e internacionais sobre a questão.

Na continuação de uma iniciativa lançada em 1994, foram organizados uma série de números de "*Timor-Leste na imprensa portuguesa*", constituídos por uma selecção de recortes dos principais jornais diários e semanários do país, provindos do acervo da CDPM, que conta com recortes de imprensa desde 1974.

A recolha e tratamento da informação relativa a Timor-Leste, nas suas múltiplas vertentes, tem sido uma das prioridades do trabalho, já que assegura uma base coerente para a concepção e preparação de actividades, quer nossas, quer de outras pessoas e instituições que nos procuram a todo o momento.

A *Base de Dados Bibliográfica* especializada, criada há alguns anos em PORBASE, alcançava no final do ano cerca de 4.000 registos, incluindo monografias, documentação cinzenta e analíticos de publicações periódicas.

Esta base documental e o acesso diário às Conferências Electrónicas sobre Timor-Leste e a Indonésia, assim como o tratamento regular da informação recolhida, proporcionou a assinatura de um Protocolo com a Universidade de Coimbra no âmbito do Projecto TimorNet, nos termos do qual a CDPM disponibiliza o seu acervo documental e aquela Universidade cede espaço em disco no seu servidor WWW, possibilitando a criação da nossa própria Página HTML.

3.2. Sensibilização da opinião pública e formação dos jovens

O atendimento e a correspondência com escolas, outro tipo de organizações, grupos e investigadores faz parte do dia-a-dia da CDPM, que tem garantido uma permanência diária da parte da tarde.

A tomada de posições em momentos-chave, através de comunicados, entrevistas ou artigos de opinião é também uma forma de contribuirmos para a formação da opinião pública e de chamarmos a atenção para os poderes com capacidade de decisão. A realização de iniciativas em colaboração com vários tipos de instituições (sindicatos, associações juvenis e de estudantes, organizações cristãs, entre outros) tem sido igualmente importante para os objectivos de expandir e tornar mais viva a solidariedade com o povo de Timor-Leste.

Os materiais de divulgação da cultura, história e identidade timorenses são imprescindíveis se queremos sensibilizar a opinião pública em geral e, em particular, participar na formação dos jovens. 1995 foi o último ano de circulação da exposição itinerante "*Timor-Leste*" criada pela CDPM há sete anos e que passou por centenas de estabelecimentos de ensino, associações, clubes, e outros locais públicos, tanto em Portugal como no estrangeiro. Em utilização permanente continua a exposição "*Labarik: crianças e jovens de Timor-Leste*", constituída por fotografias da vida quotidiana tiradas na zona de Lisboa acompanhada de pequenos textos.

No sentido de diversificar a oferta deste tipo de instrumentos, iniciou-se a elaboração de "painéis de trabalho" que apresentam os principais temas da questão timorense e que podem ser explorados em grupo de muitas e criativas maneiras (a partir dos 12 anos); deu-se à estampa uma casa tradicional da região de Lautém para recortar, colar e montar (dedicada às crianças); e concebeu-se um pequeno projecto para a publicação de uma banda desenhada contando a lenda da fundação de Timor (para os mais novos).

3.3. Diálogo com os poderes

Como sempre, para além do envio regular de informação e de contactos pontuais relacionados com questões ou acções concretas, a CDPM manteve um diálogo exigente com os orgãos de soberania e com dirigentes políticos e parlamentares: em Janeiro foi recebida em audiência pelo Presidente da República Dr. Mário Soares, em Março e em Dezembro reuniu-se com a Comissão Eventual para o Acompanhamento da Questão de Timor-Leste da Assembleia da República, em Junho participou na Conferência Interparlamentar, em Agosto teve um encontro com o Secretário-Geral do Partido Socialista, António Guterres.

Durante o ano, em conjunto com outras ONG e elementos mais activos da Comunidade Timorense, a CDPM participou num processo de discussão das condições de acolhimento e inserção dos timorenses em Portugal, que levou, em Julho, ao envio de uma carta ao Primeiro-Ministro Cavaco Silva solicitando a constituição de uma comissão interministerial para equacionamento dos problemas e procura de soluções e, em Novembro, à entrega ao Primeiro-Ministro António Guterres de um documento com propostas para uma revisão da política seguida nesta matéria. Desta última iniciativa, e no seguimento de uma reunião de trabalho com o Ministro da Solidariedade e Segurança Social, Dr. Eduardo Ferro Rodrigues, resultou a criação, quinze dias depois, da Comissão Interministerial para o Acolhimento e Inserção da Comunidade Timorense.

3.4. Apoio à Comunidade Timorense

Em 1995 chegaram a Lisboa muitas dezenas de jovens sem enquadramento familiar e recomeçou o programa de repatriamento de funcionários públicos da administração colonial portuguesa e respectivas famílias.

A CDPM deu um apoio ao encaminhamento de cerca de 30 jovens que queriam prosseguir os estudos ou iniciar uma formação profissional, após a frequência de um curso básico de língua

portuguesa e participou na concepção e realização de uma acção denominada "Plano intercalar de formação", que tinha como objectivo preparar o mesmo grupo para a entrada no sistema de ensino nacional. Verificando as exigências deste tipo de intervenção e constatando o aumento do ritmo da chegada de timorenses, foi feito em Setembro um pedido de financiamento à Comissão Europeia (DGV) e estabelecido um acordo com o CIDAC no sentido da criação do *Centro para a Cidadania Timorense*. Nos últimos três meses do ano a CDPM orientou e suportou em parte o apoio nos domínios da saúde e da obtenção de documentos de identificação dos recém-chegados e aprofundou o Programa do *Centro para a Cidadania Timorense*, que viria a concretizar-se formalmente a partir de Janeiro e a ganhar, progressivamente, uma identidade própria.

3.5. Reforço da acção internacional

No encontro anual do movimento de solidariedade europeu, realizado em Bruxelas no início do ano e no qual a CDPM também participou, definiram-se algumas das linhas de acção prioritárias para os meses seguintes. No que diz respeito a Portugal e dando seguimento a uma prática ensaiada nos anos anteriores, a CDPM reafirmou a sua disponibilidade em continuar a contribuir para a dinamização das actividades nos países de língua oficial portuguesa, em especial no Brasil, e em Espanha, nomeadamente através da troca regular de informação e contactos.

Em Agosto, aquando da vinda do Secretário-Geral da ONU a Portugal, em colaboração com outras ONG e organizações da sociedade civil, foi pessoalmente entregue à representante de Boutros-Boutros Ghali uma carta instando o Secretário-Geral a fazer cumprir as resoluções das Nações Unidas relativas a Timor-Leste, exigindo da Indonésia a retirada das forças militares de ocupação e fazendo todos os esforços para que se pudesse instalar em Díli uma representação oficial da ONU.

A solidariedade activa com o movimento pró-democracia na Indonésia ganhou uma importância significativa para a CDPM, que tentou manter e aprofundar laços de apoio e de trabalho com organizações, activistas e personalidades envolvidas na luta contra a ditadura. Aproveitando o interesse gerado pela passagem do 50° aniversário da independência da Indonésia, foram realizados contactos com alguns jornalistas portugueses no sentido de passar informação relativamente à censura e à repressão sobre a imprensa livre que deram origem a vários trabalhos jornalísticos.